

PNPB

Benefícios para a agricultura familiar

Cleber Lima Guarany*

NESTE ÚLTIMO mês de novembro, a Fundação Getúlio Vargas publicou estudo sobre a contribuição que o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) vem trazendo para a sociedade brasileira desde a sua criação em 2005.

O estudo aponta de maneira clara e objetiva os benefícios gerados pelo programa para a sociedade brasileira nos aspectos social, ambiental, tecnológico e mercadológico. Além disso, o estudo mostra que a adição do biodiesel no diesel, para cenários que vão de B5 (com 5% de biodiesel adicionado) a B20 (com 20% de biodiesel adicionado), não causa impacto significativo na inflação.

A indústria brasileira de biodiesel, de modo geral, tem respondido bem aos desafios propostos pelo PNPB. A meta para mistura B5, que estava prevista para entrar em vigor somente em 2013, foi antecipada para este ano de 2010, cujo parque produtivo apresenta uma capacidade autorizada instalada de 5,1 milhões de m³, ou seja, o dobro da atual necessidade.

Um desafio comumente levantado é em relação à obtenção da matéria-prima para a fabricação do biodiesel. Atualmente, o carro-chefe é o óleo de soja, que representa 78% do total da demanda, seguido pelo sebo bovino, com 16%, óleo de algodão com 3% e outros também com 3% (mamona, palma, canola, girassol etc.).

O setor da soja é a cadeia oleaginosa melhor estruturada no País, com um volume de produção de grãos da ordem de 57 milhões de toneladas/ano, das quais apenas 50% são processados no Brasil para obtenção de óleo e farelo. São cerca

de seis milhões de toneladas de óleo de soja produzidos, sendo que 25% desse volume são destinados para o mercado brasileiro de biodiesel.

Esses números revelam que a cadeia da soja é e continuará sendo muito relevante para o PNPB nos próximos anos. Ela tem estrutura para manter uma participação expressiva e atuar como importante lastro para o programa como um todo, garantindo sua continuidade com a adoção de novo marco regulatório para aumento da mistura além da meta B5.

Neste contexto, é relevante analisarmos o que isso representa para o desenvolvimento das outras cadeias oleaginosas. Um importante instrumento para este desenvolvimento é o selo combustível social, que é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos produtores de biodiesel para promoverem a inclusão social da agricultura familiar.

As usinas oferecem aos agricultores a assistência técnica e o contrato de compra de matéria-prima e recebem, através do selo combustível social, o direito de participar de 80% do volume total comercializado nos leilões de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ou seja, não ter o selo combustível social significa, para qualquer empresa do setor, praticamente ficar fora do mercado nacional de biodiesel.

Considerando que o País tem uma vocação natural para produção de diversas culturas com ótimo potencial de produção de óleo, o PNPB, por meio do selo combustível social, pode representar um caminho promissor para o desenvolvimento de novas cadeias oleaginosas no Brasil.



O programa em si não vincula a obrigatoriedade da utilização do produto comprado da agricultura familiar para a produção de biodiesel, o que representa um importante instrumento para o desenvolvimento de cadeias de maior valor agregado, como os óleos de mamona, crambe, palma, coco, gergelim, entre outros.

Por essa razão, a questão da elevada participação do óleo de soja na produção de biodiesel no Brasil passa a ser um debate secundário à luz das oportunidades que milhares de agricultores familiares encontrarão com o incentivo do PNPB. O programa pode representar um importante vetor de estruturação da agricultura familiar no Brasil. ■

*Coordenador de projetos da FGV Projetos / GV Agro